



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Grupo Setorial de Coord. do Gerenciamento Costeiro do Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape e Cananéia

8ª Reunião Ordinária

23/08/2011 – Centro Cultural Roberto Gomes Colaço – Iguape, SP.

Pauta:

- Informes;
- Aprovação da ata da 7ª reunião;
- Apresentação da proposta de Zoneamento Ecológico-Econômico no município de Cananéia;
- Início dos trabalhos de elaboração da proposta de ZEE no município de Iguape;
- Formação da Comissão Especial Marinha.

1. Aprovação da ata da 7ª reunião

Isadora Parada (CPLA/SMA) iniciou a reunião às 9h30, com a leitura da ata da reunião anterior para sua aprovação, deixando os informes para depois. Dessa forma daria mais tempo para a chegada dos demais participantes. A ata foi aprovada com poucas alterações.

Ismael Coelho (Sindicato dos Armadores de Pesca) questionou se a definição da zona do loteamento Jardim dos Lagos em Cananéia (área de ocorrência do papagaio-da-cara-roxa) está definida, já que houve uma votação na reunião anterior. Luiz Roberto Numa de Oliveira (CPLA/SMA) esclareceu que na votação não houve consenso para o enquadramento da área e que seria melhor debater mais à frente este assunto, quando se terá uma visão melhor sobre a realidade da área. Ismael questionou que, se houve votação, a mesma precisava ser respeitada, se não é perda de tempo.

Antônio Eduardo Sodrzeieski (CATI/SAA) falou ainda que o traçado de cada área precisa ser mais detalhado, que algumas delimitações provavelmente serão alteradas após uma discussão mais aprofundada, evitando contestações à metodologia do zoneamento. Inicialmente é necessário fazer uma delimitação macro, para depois ir refinando cada área, porém não será possível agradar a todos.

Isadora lembrou que o Plano Diretor participativo de Cananéia está avançando e poderá ajudar a definir esta área.

2. Informes

Luiz Roberto informou que no dia 28/07/11 ocorreu uma reunião do Grupo Setorial do Gerenciamento Costeiro no Litoral Norte, onde três questões foram abordadas:

- Prazo mínimo de revisão do Decreto do ZEE passa a ser 10 anos;
- Discussão sobre possível contestação desse prazo;
- Conflitos nos processos de licenciamento, decorrentes dos enquadramentos no Decreto atual.

Na Baixada Santista foi finalizado o mapa com o ZEE marinho e terrestre, com a interpretação das discussões das reuniões e, na próxima reunião, algumas dúvidas serão esclarecidas para fechar o mapa e começar a discussão do texto do decreto. As Audiências Públicas estão agendadas para os dias 07, 10 e



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

17 de novembro e o Governador já anunciou que o ZEE da Baixada Santista será aprovado até o final do ano.

No Vale do Ribeira já foi feita a eleição da Sociedade Civil para compor o Grupo Setorial e já foi solicitado ao Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira (CODIVAR) a indicação dos representantes das prefeituras municipais, restando a republicação do decreto que define os representantes do Estado. Assim que este decreto for republicado, será feita a reunião de posse dos representantes do Vale do Ribeira.

Márcio José Lúcio (Prefeitura Municipal de Ilha Comprida) ressaltou que o licenciamento já é conflituoso e questionou se o Gerenciamento Costeiro ajudou no processo de licenciamento no setor Litoral Norte ou se atrapalhou. Luiz Roberto informou que, apesar de não poder falar em nome do órgão licenciador, pelo que ele tem de conhecimento, o ZEE ajuda na triagem prévia dos processos e na orientação ao licenciador.

Luiz Roberto explicou que o resultado da Avaliação Ambiental Integrada, estudo que busca fazer uma análise de impacto cumulativo dos empreendimentos no Litoral Norte, mostra que o ZEE aumentou a restrição de ocupação na região em relação à legislação ambiental vigente. Diz ainda que o ZEE no Litoral Norte é visto como benéfico.

Luiz Roberto esclareceu que o Grupo Setorial não tem apenas a função de elaborar o ZEE, mas também de verificar e gerenciar os conflitos que vão surgindo e elaborar os demais instrumentos do Gerenciamento Costeiro previstos em lei.

3. Apresentação da proposta de ZEE no município de Cananéia

Isadora iniciou a apresentação da proposta de Zoneamento Ecológico-Econômico no município de Cananéia. Perguntou se todos receberam o arquivo em kml, e verificou que nem todos o receberam. Desta forma, ficou de encaminhar novamente.

Isadora esclarece que nem tudo que está desenhado no mapa está totalmente definido, que Marília Cunha (INPE) enviará o mapa com os limites dos manguezais da região para um melhor detalhamento. Isadora repassou as zonas delimitadas. Esclareceu que ainda há algumas áreas sem classificação, próximas à divisa com Pariqueira-Açu, mas não achava viável discutir naquele momento, pois não havia nenhum representante da Prefeitura Municipal de Cananéia na reunião.

Maurício (CATI/SAA) questionou como são definidos os recortes de cada zona. Isadora esclareceu que, para a delimitação, buscam-se divisores naturais, como as estradas, sempre pensando na aplicação em campo. No caso das zonas que fazem divisa com o parque, a delimitação segue normalmente uma cota altimétrica ou um rio. Nas áreas urbanas, geralmente, o limite é algum arruamento ou distância de uma via ou até mesmo o próprio limite do manguezal.

4. Início dos trabalhos de elaboração da proposta de ZEE no município de Iguape

Isadora mostrou o mapa de Iguape, destacando as Unidades de Conservação (UC), quilombos, Zonas de Vida Silvestre (ZVS), apresentou o mapa do Plano Diretor do município, mas André Gimenez Mori (Prefeitura Municipal de Iguape) destacou que o melhor seria não considerar o Plano Diretor do município, que é bastante antigo.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

Luiz Roberto solicitou que fosse mostrado o mapa de uso do solo, para verificar como está a vegetação em todo o município de Iguape. Destacou que é preciso entender quais processos econômicos estão ocorrendo nesta área. Maurício e outros participantes ajudaram na identificação das áreas analisadas.

Maurício informou que a região tem muitos entraves fundiários, inclusive com documentos existentes na região que foram cancelados por um juiz, mas que é uma região próspera, com criação de búfalos, plantação de chuchu e plantas ornamentais. Destacou também o início da expansão de eucalipto para uso na própria propriedade e para vender.

Luiz Roberto pergunta se a prefeitura tem algum interesse em alguma área para desenvolvimento industrial e André informou que há uma área potencial no Bairro do Rocio.

André levantou a questão da importância de se definir alguns pontos antes da elaboração do ZEE. Como exemplo citou a questão do pré-sal e da Juréia. É importante definir se vai voltar a ter o Mosaico da Juréia ou vai permanecer como Estação Ecológica, pois isto influencia na vocação do município.

Luiz Roberto esclarece que existe uma diretriz da SMA e da Fundação Florestal de se consolidar o mosaico, porém o que ocorreu foi uma questão formal de tramitação do projeto de lei, então a perspectiva é que a área seja classificada novamente como Mosaico. Entretanto, não é possível definir o prazo para que isso aconteça.

Luiz Roberto informou que foi chamado pela Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico (CCZEE), no âmbito federal, em Brasília, para falar do GERCO da Baixada Santista e do Litoral Norte. Nesta reunião também estavam presentes os representantes de Minas Gerais e do Espírito Santo. Ressaltou que a forma como esses Estados elaboram o ZEE refere-se mais a uma “fotografia” da região. São definidas as zonas 1 a 6 com as potencialidades e vulnerabilidades dessas regiões. Nesses estados não há, pelo que viu, políticas públicas vinculadas ao ZEE.

André destacou que o grande potencial de Iguape é o turismo. Entretanto, Antônio afirmou que no município há muita atividade agropecuária e que esta emprega muitos trabalhadores. Ressaltou a necessidade de se delimitar as questões físicas locais, como áreas que inundam e qual é a aptidão da área.

Luiz Roberto sugere que se olhem inicialmente as áreas que tem tendência à expansão urbana, ficando definidas previamente as seguintes zonas:

- Área próxima a Icapara, Praia do Leste e Prainha – Z5E, pois é uma área que pode ter a implantação de trapiche para as atividades náuticas e de apoio à pesca, mas não haverá área retroportuária e/ou industrial. Na área mais urbanizada, ao longo da estrada, a delimitação seguirá a cota 60. No restante da área, o limite seguirá a cota 20.
- Barra do Ribeira – Z5E e Ponta da Barra do Ribeira e manguezais – Z1; os limites entre a Z1 e a Z5E serão definidos conforme o traçado dos loteamentos aprovados.
- Prelado: o limite será dos condomínios aprovados, entretanto será necessário que a CETESB e a Prefeitura levantem quais são os condomínios aprovados e os limites destes para grafar no mapa.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

Isadora informou que há necessidade de se formar a Comissão Especial Marinha, que irá trabalhar em conjunto com a APA Marinha para elaborar a proposta do ZEE-Marinho. Assim, ela pergunta quais pessoas gostariam de fazer parte desta Comissão, ficando:

Grupo Setorial: Alineide, Jocemar, Fernanda, Isaías, Ismael, Luis Roberto, Isadora, Rafael, Diógenes (Prefeitura Municipal de Iguape) e um representante da Prefeitura Municipal de Cananéia.

Convidados: Fátima Lisboa Collaço (Fatinha), Vagner, Maurício (Prefeitura Municipal da Ilha Comprida), Maurício (CATI/SAA), Mauro Pereira Martins.

Após a definição da Comissão Especial Marinha, a reunião foi encerrada às 13h20, ficando agendada a próxima reunião do Grupo Setorial para o dia 29/09/11, em Iguape. Ficou agendada também para o dia 15/09/11 uma reunião entre Isadora, representantes da Prefeitura Municipal de Iguape e da CETESB para melhor estudo de algumas áreas de Iguape, inclusive as áreas dos loteamentos aprovados.